



ELO PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 09.227.093/0001-33

Relatório da Administração

Senhoras e senhores acionistas,

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da Covid-19, um dos acontecimentos mais desafiadores da nossa história.

Mesmo com todo o cenário de incertezas, surgiram oportunidades para promovermos inovações em nossos modelos de negócios e na forma de trabalho. Com a busca contínua por eficiências e entendimento das melhores formas de atender as pessoas, clientes, colaboradores e acionistas, a Sociedade registrou lucro líquido de R\$ 864,4 milhões, o patrimônio líquido alcançou R\$ 3,2 bilhões com ativos totais de R\$ 3,6 bilhões.

Resultado obtido, principalmente, pela resiliência das empresas componentes do Grupo que, cientes de seu papel, ofereceram meios de pagamento para que brasileiros pudessem receber apoio financeiro na pandemia e potencializaram instrumentos digitais que serviram não só como conveniência mas como ferramentas alinhadas aos protocolos de saúde estabelecidos.

Outros dois fatos relevantes que ocorreram ao longo do ano foram a autorização do Bacen para gerenciamento de conta de pagamento pré-paga pela nossa bantech Digio e a incorporação da Ibi Promotora de Vendas Ltda. pela Elo Participações Ltda.

Sempre priorizando pessoas e resultados e com o intuito de cooperar com as iniciativas da Sociedade para enfrentamento da pandemia, por decisão dos sócios Banco do Brasil e Bradesco, em agosto de 2020, foi realizada doação de R\$ 20 milhões à Fiocruz, contribuindo com a criação de centro de apoio a diagnósticos para realização de testes de Covid-19.

Pensando-se também na segurança de nossos colaboradores, todas as atividades foram adaptadas para o trabalho remoto, contribuindo com a preservação da saúde e em linha com as ações para superação da pandemia. Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração a todos os nossos colaboradores, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados. E, em especial, aos nossos clientes que nos honram com a sua escolha.

Convidamos a todos para conhecerem o resumo de nossos resultados ao longo do ano de 2020.

Barueri, 29 de março de 2021

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)											
Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019		
Caixa e equivalentes de caixa	5	696.052	730.917	7.258.794	5.791.796	Passivos com instituições financeiras	16	–	–	165.114	722.685
Instrumentos financeiros	6	–	–	142.171	104.752	Fornecedores	808	1.600	1.600	45.723	46.509
Empréstimos e recebíveis	7	–	–	1.503.413	1.051.086	Contas a pagar operacionais	17	–	–	3.730.828	2.898.051
Contas a receber	8	11.213	6.192	3.185.965	3.212.597	Obrigações com portadores	18	–	–	2.225.870	1.789.769
Impostos a recuperar	9	24.007	15.254	164.718	169.585	Programa de incentivo a vendas	19	–	–	34.521	62.275
Dividendos a receber	22.a	133.002	604.452	–	–	Salários e encargos	20	20.693	16.887	165.740	158.931
Despesas antecipadas	10	1.745	1.378	147.379	92.728	Impostos e contribuições a recolher	21	1.628	1.445	244.706	94.337
Outros créditos	11	18.230	14.974	127.022	285.350	Passivos contingentes	28	683	–	14.694	117.561
Total do ativo circulante		884.249	1.373.167	12.529.462	10.707.894	Dividendos a pagar	22.b	216.098	156.842	232.485	200.185
Instrumentos financeiros	6	–	–	230.571	132.084	Arrendamento mercantil a pagar	24	13	2.072	20.865	8.962
Empréstimos e recebíveis	7	–	–	189.273	277.066	Outras contas a pagar	23	17.849	10.977	3.697.640	3.179.873
Despesas antecipadas	10	134	355	107.340	115.924	Total do passivo circulante		257.772	189.823	10.578.186	9.279.138
Depósitos judiciais	12	59.920	4.506	136.686	104.455	Passivos contingentes	28	118.565	4.678	194.510	74.214
Ativo fiscal diferido	27.b	62.010	7.662	714.897	712.435	Salários e encargos	20	21.209	12.834	43.266	9.014
Outros créditos	11	–	–	5.551	2.335	Passivo fiscal diferido	27.b	2.343	–	42.323	39.678
Investimento	13	2.479.251	1.714.979	–	–	Outras contas a pagar	23	–	–	36	66
Ágio sobre investimento	13	89.637	89.637	278.366	278.366	Arrendamento mercantil a pagar	24	9.513	9.608	32.587	53.334
Imobilizado	14	15.899	17.603	99.912	108.708	Total do passivo não circulante		151.630	27.120	312.722	176.306
Intangível	15	534	853	360.782	262.628	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores					
Total do ativo não circulante		2.707.385	1.835.595	2.123.378	1.994.001	Capital social	29.a	1.052.000	1.052.000	1.052.000	1.052.000
						Ajustes de avaliação patrimonial		(1.700)	22	(1.700)	22
						Reserva legal	29.b	85.480	85.480	85.480	85.480
						Reserva estatutária para expansão	29.c	2.046.452	1.854.317	2.046.452	1.854.317
						Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		3.182.232	2.991.819	3.182.232	2.991.819
						Participação de acionistas não controladores		–	–	579.700	254.632
						Total do patrimônio líquido		3.182.232	2.991.819	3.761.932	3.246.451
						Total do passivo		3.591.634	3.208.762	14.652.840	12.701.895

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Receita bruta	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Impostos sobre serviços		–	–	7.024.483	6.649.945
		–	–	(712.477)	(661.154)
Receita operacional	30	–	–	6.312.006	5.988.791
Custo dos serviços prestados	31	–	–	(2.163.004)	(2.500.719)
Lucro bruto		–	–	4.149.002	3.488.072
Receitas/(despesas), líquidas					
Pessoal	31	(13.258)	(2.341)	(574.175)	(494.306)
Gerais e administrativas	31	(36.998)	(15.759)	(1.411.157)	(1.346.705)
Resultado com equivalência patrimonial	13	899.803	703.542	–	(13.341)
Outras receitas/(despesas)	31	(3.187)	(87.860)	(165.040)	(577.662)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		846.360	597.582	1.998.630	1.056.058
Receitas financeiras	32	22.337	40.810	233.163	365.469
Despesas financeiras	32	(4.113)	(2.205)	(391.759)	(227.285)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		864.584	636.187	1.840.034	1.194.242
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	27.a	(4.728)	(12.398)	(637.202)	(489.251)
Diferidos	27.a	4.535	3.578	22.288	102.789
Lucro líquido		864.391	627.367	1.225.120	807.780
Atribuível a:					
Acionistas controladores		864.391	627.367	864.391	627.367
Acionistas não controladores		–	–	360.729	180.413
Lucro por lote de mil quotas em R\$		0,8217	0,5964	–	–

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Resultado dos exercícios	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Resultado de MTM de títulos disponíveis para venda, líquido de impostos		(1.722)	(22)	(1.722)	(22)
Resultado abrangente total		862.669	627.345	1.223.398	807.758
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		862.669	627.345	862.669	627.345
Acionistas não controladores		–	–	360.729	180.413
Resultado abrangente total		862.669	627.345	1.223.398	807.758

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2018	Nota explicativa	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucro dos exercícios	Total do patrimônio líquido (acionistas controladores)	Participação acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
				Reserva para legal	Reserva para expansão				
Ajuste de avaliação patrimonial		1.052.000	44	85.480	1.383.792	–	2.521.316	117.562	2.638.878
Lucro líquido do exercício		–	(22)	–	–	627.367	627.367	180.413	807.780
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos propostos	22.b	–	–	–	–	(156.842)	(156.842)	(43.343)	(200.185)
Reserva para expansão		–	–	–	470.525	(470.525)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.052.000	22	85.480	1.854.317	–	2.991.819	254.632	3.246.451
Ajuste de avaliação patrimonial		–	(1.722)	–	–	–	(1.722)	–	(1.722)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	864.391	864.391	360.729	1.225.120
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos propostos	22.b	–	–	–	(456.158)	(216.098)	(672.256)	(35.661)	(707.917)
Reserva para expansão		–	–	–	648.293	(648.293)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.052.000	(1.700)	85.480	2.046.452	–	3.182.232	579.700	3.761.932

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Elo Participações Ltda. ("Sociedade") é uma "Holding", constituída na forma de sociedade empresária limitada, domiciliada no Brasil que tem como acionistas controladores diretos Bradescard Elo Participações S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A. O endereço registrado do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, 512, 2º e 8º andares, Edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Barueri, São Paulo.

A Sociedade tem por objeto a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; a gestão de negócios e ativos de empresas controladas direta ou indiretamente pela Sociedade; a prestação de serviços relacionados com atividades, transações e operações para empresas controladas, direta ou indiretamente pela Sociedade, bem como a realização de todas e quaisquer atividades conexas ou correlatas, que não sejam privativas de sociedade de prestação de serviços profissionais regulamentadas e que não dependam de autorização governamental específica; a prestação de quaisquer serviços administrativos às empresas controladas direta ou indiretamente pela Sociedade. O licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Sociedade.

No ano de 2020 em um cenário contemplado por crise financeira e pandemia, a Administração, decidiu realizar a incorporação da controlada Ibi Promotora de Vendas Ltda. ("Sociedade" ou "Ibi Promotora Ltda."), encerrando assim suas atividades. O ato societário ocorreu em 30 de setembro de 2020.

Mesmo mediante a todo contexto de pandemia e de saúde que ocorreram durante 2020, a EloPar e suas controladas, obtiveram crescimento com a expansão de seus negócios, mantendo assim o resultado esperado.

Controladas diretas

Empresas	Setor	Controladas	2020	2019
			Participação no capital social	Participação no capital social
Alelo S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Elo Serviços S.A.	Serviços	Direta	56,97%	56,97%
Elo Holding Financeira S.A.	Holding	Direta	100,00%	100,00%
Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Livelo S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	Serviços	Direta	99,99%	99,99%
Ibi Promotora de Vendas Ltda.	Serviços	Direta	–	99,99%
Kartra Participações Ltda.	Holding	Direta	99,99%	99,99%

O contexto operacional das controladas estão demonstradas abaixo:

Alelo S.A. - foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, smart cards e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive

continua →

—☆ continuação

mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; a implantação; administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas, meios de pagamentos via “tag” e plataforma de pedidos.

Elo Serviços S.A. - tem como objetivo a prestação de serviços relacionados a soluções e meios de pagamento em geral, inclusive através de meios eletrônicos, a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia acionista ou quotista e o licenciamento ou o sublicenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Companhia.

A Elo Serviços S.A. é uma companhia 100% brasileira do segmento de Soluções de Pagamento criada em 2011 pela Elo Participações Ltda., Caixa Cartões Holding S.A. e Bradescard Elo Participações S.A.. A Companhia tem o intuito de viabilizar a realização de pagamentos entre as diversas partes da cadeia: consumidores, estabelecimentos, bancos emissores, credenciadores e empresas de tecnologia que fazem parte do ecossistema. Tendo seus controladores como principais emissores de cartões de débito e crédito com a bandeira Elo.

Elo Holding Financeira S.A. - tem como objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições.

Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A. - tem como objetivo atuação direta ou mediante consórcios, convênios, parcerias ou participações de capital em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia acionista ou quotista e o licenciamento ou o sublicenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade, etc.

Livelo S.A. - tem como objetivo: (a) comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (b) a comercialização de obrigações decorrentes de pagamentos de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (c) o desenvolvimento e integração de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com a Sociedade e/ou seus parceiros; (d) a criação de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (e) a obtenção e gerenciamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo; (f) o credenciamento de pessoas jurídicas, fornecedoras de bens e/ou prestadoras de serviços; (g) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (h) a implantação, administração e demais atividades relativas a programas promocionais, programas de incentivos, fidelização e/ou bonificação de vendas; (i) comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e a exportação, além da aquisição de itens e produtos direta ou indiretamente relacionados a consecução das atividades acima descritas, devendo seu estoque ser mantido em estabelecimento de terceiros; e (j) a Participação e representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras como sócia, acionista ou quotista.

Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda. - tem por objeto principal a prestação de serviços relacionados ao segmento de micro finanças, podendo, neste sentido, exercer as atividades relacionadas à prestação de serviços necessários à contratação e ao acompanhamento de operações de Microcrédito Produtivo Orientado - MPO, na forma da legislação vigente, bem como prestar serviços de orientação e capacitação de pessoas físicas e/ou jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte. Além disso, a Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda. atua também na promoção e distribuição de produtos financeiros de empresas parceiras, destinada ao segmento atendido pela Empresa.

Atualmente, a principal fonte de receitas da Sociedade é proveniente do contrato de prestação de serviços, mantido com o Banco do Brasil S.A. sem cláusula de exclusividade, para a contratação e acompanhamento de operações de MPO.

Para consecução de suas atividades comerciais, a Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda conta com força de vendas própria, bem como atua por meio de parceiros comerciais contratados que atuam na comercialização do MPO e demais produtos financeiros do portfólio da Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.

Ibi Promotora de Vendas Ltda. - o objetivo era a prestação de serviços relacionados à promoção de vendas, representação, prospecção de novos clientes, correspondentes de instituições financeiras e demais serviços correlatos, porém em setembro de 2020 foi 100% incorporada na Elo Participações Ltda..

Kartra Participações Ltda. - tem como objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições. Possui o controle direto do Banco Digio S.A..

Controladas indiretas

Banco Digio S.A. - tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras de investimento, crédito e financiamento, o qual está autorizado a operar pelo Banco Central do Brasil de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo ainda participar de outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2. Incorporação de controlada

Em 30 de setembro de 2020, a controlada Ibi Promotora de Vendas Ltda., prestadora de serviços relacionadas à promoção de vendas, representação, prospecção de novos clientes, correspondentes de instituições financeiras e demais serviços correlatos, foi incorporada na controladora Elo Participações Ltda. (“Sociedade”).

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

Caixa e equivalente de caixa	1.755
Contas a receber de clientes	2.671
Impostos a recuperar	15.158
Outros créditos	1.118
Depósitos judiciais	51.858
Ativo fiscal diferido	50.375
Imobilizado	8.620
Imposto de renda e contribuição a recolher	(1.980)
Outras contas a pagar	(11.288)
Passivos contingentes	(106.385)
Arrendamento mercantil	(7.904)
Passivo fiscal diferido	(2.905)
Total dos ativos e passivos identificáveis, líquido	1.093

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 29 de março de 2021.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimento de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feito de forma antecipada. São sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo.

b. Instrumentos financeiros

A Sociedade e suas controladas classificam os ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado.

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

b.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros.

• Ativos financeiros mensurados a VJR

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

• Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

• Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

• Instrumentos patrimoniais ao VJORA

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

b.2 Impairment de Ativos financeiros

O CPC 48 aborda um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, e instrumentos financeiros.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Sociedade mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A Sociedade optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considerando informações forward-looking.

A Sociedade presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito à Sociedade, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A Sociedade considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

• Mensuração de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

• Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

b.3 Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

O CPC 46 - Mensuração do Valor Justo define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Ainda de acordo com o CPC 46, os instrumentos financeiros mensurados a valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

• Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

• Nível 2

Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

• Nível 3

Dados não observáveis para ativo ou passivo.

c. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edificações	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e telecomunicações	5 anos
Software e aplicativos	5 anos
Veículos	5 anos
Benefitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Direitos de uso sobre bens	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Despesas antecipadas

Despesas antecipadas são aplicações em gastos que tenham realização no curso do período subsequente à data do balanço patrimonial.

As despesas pagas antecipadamente ou despesas antecipadas devem ser rateadas mensalmente com base no princípio da competência, principalmente quando o rateio deve acontecer em mais de um exercício fiscal.

Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como os prêmios de seguro, assinatura de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

e. Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Sociedade utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da Sociedade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Sociedade leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

A Sociedade mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida;
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida;
- Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição;
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.
- Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

f. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Sociedade em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Sociedade possui controle compartilhado, onde a Sociedade tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Sociedade no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

g. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

h. Ágio (*goodwill*)

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual ou quando houver indício de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos.

i. Redução ao valor recuperável do ativo

A Sociedade avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são registradas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (“evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros e pode ser estimado de maneira confiável.

j. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25:

Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Passivos contingentes - são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

continua—☆

☆ continuação

A movimentação do intangível da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Saldo inicial em 31.12.2019	Amortização	Saldo final em 31.12.2020	Saldo inicial em 31.12.2019	Amortização	Saldo final em 31.12.2020
Software e licenças	853	(319)	534	853	(319)	534
	Consolidado			Consolidado		
	Saldo inicial em 31.12.2019	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo final em 31.12.2020	
Software e licenças	63.276	29.587	(2.244)	(13.245)	77.374	
Projetos corporativos (a)	132.967	134.847	–	(31.803)	236.011	
Ágio - rentabilidade futura	26.883	–	–	–	26.883	
Outros intangíveis	39.502	–	–	(18.988)	20.514	
	262.628	164.434	(2.244)	(64.036)	360.782	

a) Desenvolvimento de novos produtos, contabilizados em concordância com a legislação em vigor. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram realizados testes de *impairment* e não houve perda no valor recuperável do intangível.

16. Passivos com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo no consolidado é de R\$ 165.114 (R\$ 722.685 em 31 de dezembro de 2019) e corresponde a depósitos interfinanceiros, da controlada indireta, Banco Digio S.A.

17. Contas a pagar operacionais

As obrigações com estabelecimentos comerciais (Alelo S.A.), com parceiros (Livelo S.A.) e com as bandeiras (Banco Digio), estão registradas em contas de passivo. Em 31 de dezembro de 2020, os saldos consolidados correspondem a R\$ 3.730.828 (R\$ 2.898.051 em 31 de dezembro de 2019).

18. Obrigações com portadores

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo no consolidado é de R\$ 2.225.870 (R\$ 1.789.769 em 31 de dezembro de 2019) e corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários dos cartões Alelo e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários.

19. Programa de incentivo a vendas

Corresponde substancialmente à união de esforços entre os canais vendedores e a sua investida Alelo S.A., no fornecimento de cartões de refeição e alimentação, os quais incluem a captação, a análise, o acompanhamento da situação de crédito dos clientes e a liquidação financeira dos saldos a receber.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Bancos	–	–	37.579	38.640
Outros canais vendedores	–	–	(3.058)	23.635
	–	–	34.521	62.275

20. Salários e encargos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Gratificações	36.681	25.919	136.231	118.259
Provisão de férias	2.651	2.070	33.764	26.307
Encargos sociais	2.214	1.732	20.893	19.207
Outros	356	–	18.118	4.172
	41.902	29.721	209.006	167.945
Circulante	20.693	16.887	165.740	158.931
Não circulante	21.209	12.834	43.266	9.014

21. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social	–	351	155.103	19.024
PIS	12	–	10.517	9.290
COFINS	75	–	49.290	43.441
IRRF	1.171	878	9.914	8.793
Impostos sobre serviços	181	9	9.783	7.347
Outros tributos a recolher	189	207	10.099	6.442
	1.628	1.445	244.706	94.337

22. Dividendos a receber e lucros a pagar

a. Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade possui provisão para recebimento de dividendos no montante de R\$ 133.002 (R\$ 578.652 em 31 de dezembro de 2019), referentes à destinação de parte do lucro líquido do exercício de suas controladas.

b. Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2020, à provisão para pagamento de dividendos na controladora e no consolidado, R\$ 216.098 e R\$ 232.485 respectivamente (R\$ 156.842 e R\$ 200.185 em 31 de dezembro de 2019).

23. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita diferida (a)	–	–	2.886.291	2.484.834
Provisão de custos dos serviços prestados	–	–	223.497	165.666
Provisões de despesas gerais e administrativas	8.930	10.675	84.756	112.230
Provisão de comissionamento sobre incentivos	–	–	39.260	101.961
Desenvolvimento, manutenção e suporte	3.979	–	222.505	150.901
Crédito a clientes	–	–	75.963	74.611
Provisões de Marketing	67	–	98.509	35.713
Contas a pagar partes relacionadas	694	302	10.852	11.175
Serviços profissionais	4.179	–	55.502	33.441
Outras contas a pagar	–	–	541	9.407
	17.849	10.977	3.697.676	3.179.939
Circulante	17.849	10.977	3.697.640	3.179.873
Não circulante	–	–	36	66

(a) Refere-se substancialmente ao volume de pontos acumulados que a controlada Livelo S.A. oferece aos seus usuários que são registrados no momento do faturamento e que não foram resgatados pelos participantes.

24. Arrendamento mercantil

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor o CPC 06 (R2) que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

	Controladora				Consolidado					
	Saldo inicial em 31.12.2019	Aluguéis	Juros	Incorporação	Saldo final em 31.12.2020	Saldo inicial em 31.12.2019	Aluguéis	Juros	Incorporação	Saldo final em 31.12.2020
Arrendamento mercantil	11.680	(4.611)	(5.446)	7.903	9.526	11.680	(4.611)	(5.446)	7.903	9.526
Circulante	2.072	–	–	–	13	2.072	–	–	–	13
Não circulante	9.608	–	–	–	9.513	9.608	–	–	–	9.513
	Consolidado				Consolidado					
	Saldo inicial em 31.12.2019	Aluguéis	Juros	Incorporação	Saldo final em 31.12.2020	Saldo inicial em 31.12.2019	Aluguéis	Juros	Incorporação	Saldo final em 31.12.2020
Arrendamento mercantil	62.296	(14.865)	(1.882)	7.903	53.452	62.296	(14.865)	(1.882)	7.903	53.452
Circulante	8.962	–	–	–	20.865	8.962	–	–	–	20.865
Não circulante	53.334	–	–	–	32.587	53.334	–	–	–	32.587

25. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores diretos da Elo Participações Ltda. (Bradesco Elo Participações S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A.) e controladores indiretos (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.), bem como as controladas Livelo S.A., Elo Serviços S.A., Banco Digio S.A., IBI Promotora de Vendas Ltda. e Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda., e a empresa coligada Cielo S.A.

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

	Controladora				Consolidado			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
	Ativo (Pas-sivo) pesas	Recei-tas (Des-sivo) pesas						
Caixa e bancos								
Banco Bradesco S.A.	99	–	56	–	66.090	–	1.833.207	–
Banco do Brasil S.A.	4	–	5	–	2.708	–	11.779	–
Caixa Econômica Federal S.A.	–	–	–	–	97.085	–	5	–
Aplicações financeiras								
Banco Bradesco S.A.	270.895	11.456	474.477	21.552	3.827.354	142.300	1.471.016	108.252
Banco do Brasil S.A.	263.945	5.975	160.952	15.840	3.129.508	25.167	2.363.337	208.399
Caixa Econômica Federal S.A.	–	–	–	–	50.238	–	67.310	2.854
Banco Digio S.A.	161.102	3.876	102.412	2.412	–	–	–	–
Contas a receber								
Banco Bradesco S.A.	322	–	–	–	231.805	2.035	311.249	224.684
Banco do Brasil S.A.	60	–	–	–	139.452	1.021.229	125.798	213.280
Caixa Econômica Federal S.A.	–	–	–	–	721	29.129	251.951	–
Cielo S.A.	–	–	–	–	144.643	372.572	263.962	372.572
Elo Serviços S.A.	10	–	–	–	–	–	–	–
Banco Digio S.A.	1	–	–	–	–	–	–	–
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	10.837	–	6.223	–	–	–	–	–
Livelo S.A.	2	–	–	–	–	–	–	–
Alelo S.A.	8	–	7	–	–	–	–	–

	Controladora				Consolidado			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
	Ativo (Pas-sivo) pesas	Recei-tas (Des-sivo) pesas						
Outros créditos								
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	2.074	444	–	–	–	–	–	–
Banco do Brasil S.A.	–	–	–	–	80	–	–	–
Programa de incentivo a vendas								
Banco Bradesco S.A.	–	–	–	–	(14.993)	(93.657)	(19.752)	(90.855)
Banco do Brasil S.A.	–	–	–	–	(22.586)	(50.942)	(18.888)	(80.506)
Dividendos a receber								
Alelo S.A.	46.351	–	367.407	–	–	–	–	–
Elo Serviços S.A.	21.695	–	57.383	–	–	–	–	–
Livelo S.A.	64.956	–	179.662	–	–	–	–	–
Dividendos a pagar								
Banco Bradesco S.A.	(108.070)	–	(78.437)	–	(110.410)	–	(84.623)	–
Banco do Brasil S.A.	(108.027)	–	(78.405)	–	(108.027)	–	(78.405)	–
Caixa Econômica Federal S.A.	–	–	–	–	(14.048)	–	(37.157)	–
Contas a pagar								
Banco Bradesco S.A.	–	(181)	(9)	(27)	(3.803)	68.884	(381)	(167.643)
Banco do Brasil S.A.	–	(7)	(1)	(11)	(25)	61.114	(132)	(139.796)
Caixa Econômica Federal S.A.	–	–	–	–	–	29	–	(53.458)
Cielo S.A.	–	–	–	–	(88.856)	(142.175)	(136.631)	(152.287)
Alelo S.A.	(694)	–	(2)	–	–	–	–	–
Banco Digio S.A.	–	–	(1)	–	–	–	–	–
Ibi Promotora de Vendas Ltda.	–	–	(300)	–	–	–	–	–

A Sociedade destaca que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado.

26. Honorários dos Administradores, gratificações e previdência privada

Os honorários dos administradores totalizaram na controladora e no consolidado R\$ 3.089 e R\$ 17.852 respectivamente (R\$ 526 e R\$ 12.680 em 31 de dezembro de 2019) os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas com pessoal".

Aos empregados é concedida gratificação, com base nas metas da Sociedade definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas da Sociedade. A Sociedade e suas controladas dispõem de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida da Sociedade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.103 (R\$ 7.001 em 31 de dezembro de 2019) na qual foram contabilizadas na rubrica "Despesa com pessoal".

27. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	864.584	636.187	2.737.616	1.916.763
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	293.959	216.303	930.789	651.699
Efeito no cálculo dos tributos:				
Contingências tributárias, trabalhistas, cíveis	3.286	709	7.658	5.334
Provisão para perdas do valor recuperável	4	29.568	22.736	135.616
Equivalência patrimonial	(305.934)	(239.204)	(303.659)	(241.122)
Prejuízo fiscal de IRPJ e CSLL	–	–	(3.689)	(4.186)
Obrigações fiscais diferidas	–	–	(4)	(324)
Ativo fiscal diferido	(4.534)	(3.578)	(22.288)	(102.789)
Participação nos lucros - funcionários	487	3.433	5.047	8.813
Provisão para despesas administrativas	12.954	1.705	(40.700)	(2.760)
Incentivos fiscais	(5)	(1)	(19.588)	(16.028)
Outros valores	(24)	(115)	38.612	(47.791)
Imposto de renda e contribuição social	193	8.820	614.914	386.462
Sendo:				
Impostos correntes	4.728	12.398	637.202	489.251
Impostos diferidos	(4.535)	(3.578)	(22.288)	(102.789)
Despesa contabilizada	193			

☆ continuação

As controladas são parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária, trabalhista e previdenciária. A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas e previdenciárias (a)	104.196	-	109.243	107.573
Tributárias	13.659	4.678	89.605	74.214
Cíveis	1.393	-	10.356	9.988
	119.248	4.678	209.204	191.775

Circulante 683 - 14.694 117.561
Não circulante 118.565 4.678 194.510 74.214

a) Processos oriundos da incorporação da controlada Ibi Promotora de Vendas Ltda. em 30 de setembro de 2020.

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Controladora			Saldo em 31.12.2020
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas/reversões	
Trabalhistas e previdenciárias	-	104.196	-	104.196
Cíveis	-	1.393	-	1.393
Tributárias	4.678	8.981	-	13.659
	4.678	114.570	-	119.248

	Consolidado			Saldo em 31.12.2020
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas/reversões	
Trabalhistas e previdenciárias	107.574	105.720	(104.050)	109.244
Tributárias	74.213	20.096	(4.705)	89.604
Cíveis	9.988	12.756	(12.387)	10.356
	191.775	138.572	(121.142)	209.204

As controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo possível risco de perda e que, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, não geram necessidade de provisionamento. Em 31 de dezembro de 2020, esses processos somam na controladora R\$ 1.844 (em 2019 não havia saldo) e no consolidado R\$ 182.924 (R\$ 19.238 em 2019).

a. Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" e "indenizações" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base na média móvel apurada dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

b. Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas, ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Sociedade.

c. Obrigações legais - tributárias

A Sociedade e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

29. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R\$ 1.052.000 (R\$ 1.052.000 em 2019), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.052.000 (1.052.000 em 2019) quantidade de quotas.

b. Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, em concordância com a legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dessa reserva é de R\$ 85.480 (R\$ 85.480 em 31 de dezembro de 2019).

c. Reserva para expansão

Em razão da manutenção da expectativa de crescimento da Sociedade e das projeções realizadas para os negócios no corrente ano, a Sociedade entende ser necessária a criação da reserva para expansão. A Administração acredita que o fortalecimento do capital de giro proporcionado por esta retenção conferirá maior estabilidade financeira nas suas operações.

Em 31 de dezembro de 2020 a reserva para expansão apresenta um saldo de R\$ 2.046.452 (R\$ 1.854.317 em 2019).

30. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prestação de serviços de benefícios Alelo S.A.	-	-	1.793.782	1.706.803
Programa de pontos Nivel S.A.	-	-	2.231.562	2.475.734
Bandeira Elo	-	-	2.280.120	1.642.914
Serviços bancários Banco Digio	-	-	703.476	782.218
Serviços da Ibi Promotora de Vendas Ltda.	-	-	-	18.249

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Serviços de microcrédito da Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	-	-	15.543	24.027
	-	-	7.024.483	6.649.945
Receita bruta	-	-	7.024.483	6.649.945
Impostos sobre serviços	-	-	(712.477)	(661.154)
	-	-	6.312.006	5.988.791

31. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo dos serviços prestados (a)	-	-	(2.163.004)	(2.500.719)
Despesas com pessoal	(13.258)	(2.341)	(574.175)	(494.306)
Infraestrutura	(5.064)	(5.656)	(304.628)	(292.080)
Despesas de marketing	(557)	(1.480)	(371.349)	(424.892)
Honorários profissionais	(2.958)	(6.464)	(187.019)	(166.572)
Serviços de terceiros	(1.064)	(330)	(94.594)	(91.775)
Despesas de aluguel e manutenção	(1.457)	(445)	(19.297)	(18.710)
Despesas de serviços financeiros	-	-	(91.556)	(20.202)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(142)	(132)	(9.652)	(28.827)
Depreciações e amortizações	(1.179)	(614)	(89.954)	(81.664)
Tributos e taxas administrativa	(99)	(83)	(5.744)	(7.576)
Despesas com telefonia	(11)	(13)	(2.146)	(2.678)
Despesas de contribuições e doações	(182)	(77)	(17.849)	(15.782)
Despesas com material de escritório	(19)	(16)	(3.289)	(4.194)
Outras despesas administrativas	(24.266)	(459)	(214.080)	(191.753)
Outras receitas/(despesas) (b)	(3.187)	(87.860)	(165.040)	(577.662)
	(53.443)	(105.970)	(4.313.376)	(4.919.392)

a) Refere-se a custos das controladas na prestação de serviços.

b) Substancialmente na controladora, refere-se a perdas de capitais, e no consolidado, trata-se de perdas operacionais, processos e custas judiciais.

32. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aplicações financeiras	21.308	39.856	177.319	292.187
Atualizações monetárias	460	25	1.205	6.152
Varição cambial positiva	-	-	1.255	8
Juros e multas recebidos	-	-	14.119	9.071
Programa de incentivo a vendas	-	-	14.028	21.980
Descontos obtidos	10	10	3.508	461
Outras receitas	559	919	21.729	35.610
Total de receitas financeiras	22.337	40.810	233.163	365.469
Bonificações e descontos concedidos	-	-	(307.654)	(151.003)
Programa de incentivo a vendas	-	-	(13.574)	(13.677)
Atualização monetária	-	-	(3.266)	(5.235)
Serviços sistemas financeiros	-	-	-	(304)
Juros e multas	(247)	(306)	(4.360)	(17.918)
Varição cambial negativa	(1)	-	(545)	(560)
Despesas bancárias	(2.826)	(1)	(49.871)	(21.070)
Outras despesas (a)	(1.039)	(1.898)	(12.490)	(17.518)
Total de despesas financeiras	(4.113)	(2.205)	(391.759)	(227.285)
Resultado financeiro	18.223	38.605	(58.596)	138.184

a) Refere-se substancialmente a PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

33. Obrigações e compromissos

a. Serviço de captura de transações

Prestação de serviços de captura de transações, afiliações a estabelecimento, prevenção à fraude, controle e liquidação financeira. O contrato tem prazo de vigência indeterminado, sendo as condições financeiras restabelecidas anualmente.

b. Serviço de processamento de transações com cartões Alelo

Prestação de serviços de processamento e autorização das transações dos cartões Alelo. O contrato iniciou-se em 24 de março de 2006.

c. Serviço de emissão de cartões Alelo

Processo de emissão e personalização dos cartões.

d. Logística de entrega e transporte de cartões Alelo

Os serviços de transporte incluem a coleta, a entrega e o manuseio de cartões Alelo e vale-transporte. O prazo de duração do contrato é de 12 meses contados de sua assinatura, renovado automaticamente por períodos iguais e sucessivos, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por quaisquer das partes.

34. Cobertura de seguros

A Sociedade e suas controladas mantêm política de cobertura de seguros com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas pela Administração para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as principais apólices de seguros são:

Diretoria

Edson Rogério da Costa
Diretor Presidente

Vinicius Urias Favarão
Diretor

Esther Dalmas
Diretora

Marco Aurelio de Queiroz Campos
Diretor de Finanças

Marcos Antonio Ribeiro dos Santos
Contador - CRC 1SP225353/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores da **Elo Participações Ltda.**

Barueri, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elo Participações Ltda. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Elo Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria

Tipo	Importância segura	
	2020	2019
Predial	42.082	51.123
Responsabilidade civil	761	719

35. Gestão de riscos

Uma das atribuições da Sociedade como holding, é centralizar a estrutura de gerenciamento de riscos de suas controladas. O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança. Esse modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles executadas na Sociedade de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das suas controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os comitês de gestão de riscos de cada uma das controladas. São apresentados mensalmente nos comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos das controladas. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A Sociedade conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de risco, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Em concordância com a Resolução CMN nº 4.557/17 e com as boas práticas de mercado, a Sociedade dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional e controles internos, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital. A Sociedade trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

Por se tratar de uma holding e realizar a consolidação econômico-financeira de suas controladas, a Sociedade não possui risco de crédito, riscos de mercado e risco de liquidez. Estes riscos estão atribuídos às suas controladas, que são os geradores destas exposições. Estes riscos são tratados individualmente em cada uma das controladas. Com relação aos riscos mencionados anteriormente, o único cuja Sociedade está exposta é o risco operacional em detrimento dos processos de atendimento às suas controladas.

• Risco Operacional

A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da instituição. A existência da Área está alinhada às práticas de mercado, políticas internas da EloPar e à Resolução CMN nº 4.557/17.

36. Novas regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN)

A Lei 12.865/13, trouxe uma roupagem jurídica específica para o que foi denominado de "arranjo de pagamento", atribuindo ao Instituidor do Arranjo de Pagamento ("IAP"), a responsabilidade por estipular regras e princípios que disciplinem os serviços de pagamento, e ao Banco Central do Brasil competência para disciplinar, autorizar e fiscalizar os Arranjos de Pagamento. No contexto da supracitada Lei, a controladora Elo Serviços S.A. é classificada como IAP, estando os Arranjos de Pagamento instituídos pelo IAP sujeitos, portanto, à aprovação do Banco Central do Brasil para fins de funcionamento.

A controladora Elo Serviços S.A. formalizou em 2013 o pedido de autorização de funcionamento para seus arranjos de pagamento, e até maio de 2020, quando foi autorizado o funcionamento dos Arranjos de Pagamento Elo pelo Banco Central do Brasil, esses operaram como "Arranjos de Pagamento em Funcionamento".

A controlada Alelo S.A. deverá atentar-se ao fiel cumprimento de regras que abrangem a gestão de riscos, níveis mínimos de patrimônio líquido, dentre outros requisitos semelhantes aos de Instituição Financeira. A controlada tomou todas as providências necessárias para adequação à legislação do BACEN, visando estar em plena conformidade no momento da concessão da autorização de funcionamento, e já realizou o protocolo do pedido de autorização, aguardando a manifestação do BACEN.

37. Outras informações

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o surto do novo coronavírus (COVID-19) constituiu uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. As consequências do surto, incluindo as importantes decisões de governos e iniciativa privada, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem, na sua extensão, gerar impacto relevante nos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Elo Participações, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras, visando a proteção dos índices de solvência e do patrimônio da Sociedade.

A performance dos resultados apurados no terceiro trimestre de 2020 já demonstram um efeito da retomada de atividades de setores relevantes da economia brasileira, dessa forma as empresas que compõem o grupo EloPar, em sua maioria conseguiram evoluir ou manter seu resultado.

38. Eventos subsequentes

Em 10 de março de 2021, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital no valor de R\$150.000.000,00 mediante a emissão de 137.628.268 novas ações ordinárias com sua integralização na mesma data, na controlada indireta Banco Digio.

KPMG

São Paulo, 29 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador - CRC 1SP245785/O-2